



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

EDITAL FD/PÓS/SEL. nº 01/2011 – ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP PARA O ANO DE 2012.

A Comissão de Pós-Graduação (CPG) da FDUSP, no uso de sua competência fixada no artigo 41 do Regimento de Pós-Graduação da USP, torna público a abertura de inscrições e estabelece normas para o processo seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação, para o ano de 2012, nos níveis de mestrado, doutorado e doutorado direto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. O Programa de Pós-Graduação da FDUSP conta com 10 áreas de concentração, a saber: 1) *Direito Civil*; 2) *Direito Comercial*; 3) *Direito Econômico e Financeiro*; 4) *Direito do Estado*; 5) *Direito Internacional*; 6) *Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia*; 7) *Direito Processual*; 8) *Direito do Trabalho e da Seguridade Social*; 9) *Filosofia e Teoria Geral do Direito*; e 10) *Direitos Humanos*.
- 1.2. O processo de seleção será realizado em três fases, conforme o disposto no item 5.
- 1.3. Poderão participar do processo de seleção candidatos portadores de título de graduação e ou os que concluírem o curso de graduação no ano da inscrição.
- 1.4. Haverá isenção da taxa da prova de proficiência, conforme o disposto no item 3.3.
- 1.5. Haverá redução do valor das taxas da prova de proficiência, conforme o disposto no item 4.
- 1.6. Haverá dispensa das provas de proficiência, conforme o disposto no item 5.1.3.
- 1.7. Haverá dispensa das provas de proficiência, conforme o disposto no item 5.2.3.
- 1.8. Haverá vista às provas de proficiência conforme o disposto no subitem 5.1.7.

- 1.9. Haverá vista à prova dissertativa conforme o disposto no subitem 5.2.2, letra “f”.
- 1.10. A realização da prova de proficiência em idioma estrangeiro ficará a cargo da FUVEST.
- 1.11. Nos termos da **Deliberação FD/CPG/SEL. nº 01/2010**, poderá haver duas convocações para a 3ª fase do processo seletivo (seleção com o orientador), conforme o disposto no item 6.
- 1.12. No decorrer deste processo seletivo, serão, ainda, divulgados uma Deliberação da CPG; sete Editais e três Comunicados pela FDUSP no http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php, e o resultado das provas de proficiência em idioma estrangeiro pela FUVEST, conforme a seguinte ordem cronológica:
- a. **Em 27 de maio de 2011**: Divulgação da **Deliberação da CPG** contendo o resultado dos requerimentos de inscrição
 - b. **Em 03 de junho de 2011**: Comunicado **FD/PÓS/SEL. nº 01/2011** contendo:
 - I. Resultado dos pedidos de dispensa da prova de proficiência em idioma estrangeiro.
 - II. Resultado dos pedidos de dispensa da prova dissertativa.
 - III. Resultado dos pedidos de desconto de 50% da taxa da FUVEST.
 - IV. Resultado dos pedidos de isenção da taxa da FUVEST (somente para os candidatos da Área de Direitos Humanos).
 - V. Prazo para os candidatos realizarem o pagamento da taxa FUVEST, de acordo com o resultado dos subitens acima: **06 a 08 de junho de 2011**.
 - c. **Em 19 de agosto de 2011**: resultado da prova de proficiência em idioma estrangeiro, no site da FUVEST (www.fuvest.br).
 - d. **Em 26 de agosto de 2011**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 02/2011**: contendo a relação dos candidatos convocados para a 2ª fase do processo seletivo (prova dissertativa) e local da prova.
 - e. **Em 07 de outubro de 2011**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 03/2011**: contendo o resultado da prova dissertativa; Edital **FD/PÓS/SEL. nº 04/2011**: contendo a relação dos candidatos convocados para a 3ª fase (primeira seleção pelo orientador) e vagas disponibilizadas; e **Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 02/2011**: contendo as especificidades da primeira seleção pelo orientador.
 - f. **Em 18 de novembro de 2011**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 05/2011**: contendo o resultado da primeira seleção pelo orientador.
 - g. **Em 25 de novembro de 2011**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 06/2011**: contendo a convocação dos candidatos não aceitos na primeira seleção da 3ª fase do processo seletivo e **Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 03/2011**: contendo as especificidades da segunda seleção pelo orientador.
 - h. **Em 16 de dezembro de 2011**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 07/2011**: contendo o resultado da segunda seleção pelo orientador.

- i. **Em 16 de dezembro de 2011: Edital FD/PÓS/SEL. nº 08/2011:** contendo o resultado final do Processo Seletivo e as orientações para a matrícula inicial no Programa de Pós-Graduação em 2012.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. O período de inscrição para este processo seletivo ocorrerá de:

- a) **09 a 13 de maio de 2011:** para todos os candidatos.
- b) Poderá ser pleiteado, juntamente com o requerimento de inscrição:
 - 1 - dispensa: das provas de proficiência em idioma estrangeiro e ou dissertativa, prevista, respectivamente, nos subitens 5.1.3 e 5.2.3.
 - 2 - redução do valor da taxa FUVEST, prevista no item 4.
 - 3 - isenção da taxa da FUVEST, prevista nos termos do subitem 3.3.
- c) Os alunos matriculados no curso de Mestrado da FDUSP que pretendam conversão para o curso de Doutorado, mas ainda não atendem a exigência de aprovação em pelos menos duas proficiências, se inscreverão através do preenchimento completo da ficha FUVEST, entregue pela Secretaria de Pós-Graduação da FDUSP, no período de inscrição.
- d) As inscrições serão feitas na Secretaria de Pós-Graduação – Largo São Francisco, 95 – Prédio Anexo – 3º andar intermediário, no horário das 10h00 às 17h00.

2.2 No ato da inscrição, **todos os candidatos** deverão entregar **CÓPIA SIMPLES** dos seguintes documentos:

- a. Da cédula de identidade; do diploma de graduação devidamente registrado, ou da certidão de colação de grau; e/ou do atestado de matrícula do último ano do curso de graduação.
- b. Duas vias do requerimento de inscrição, encontrado no: http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/requerimento_inscricao_1.pdf, sendo uma via para protocolo.
- c. O candidato portador de título de **mestre** outorgado por outro programa de pós-graduação, reconhecido pela CAPES, que requerer dispensa da primeira e/ou da segunda fase do processo seletivo deverá entregar, **além dos documentos previstos na letra “a”** deste subitem, **cópia autenticada do histórico escolar** e do **diploma de mestre** devidamente registrado.

3. DA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS

3.1. Um terço das vagas disponibilizadas nesta área será direcionado, por um sistema de ponderação, para pessoas:

- a. Pertencentes à etnias negra e indígena;
- b. Portadoras de deficiência física grave;
- c. Que estejam em situação de hiposuficiência socioeconômica.

3.2. Os candidatos mencionados no subitem acima poderão se inscrever através do “formulário de inscrição para vagas direcionadas” disponível no: http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/Form_vagas_direcionadas.pdf

3.3. Os candidatos que se inscreverem nesta área poderão ter isenção do pagamento da taxa da FUVEST, devendo atender as orientações contidas nas informações

complementares das “**Medidas de Inclusão Social**”, disponível em: http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/folder_medidas_2012.pdf

- 3.4. O resultado do pedido de isenção do valor da taxa FUVEST será divulgado em **03 de junho de 2011**, através do **Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 01/2011**.
- 3.5. De acordo com o resultado do pedido de isenção do valor da taxa FUVEST, o prazo para pagamento da referida taxa será: de **06 a 08 de junho de 2011**.

4. DA REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS

Nos termos da Lei Estadual nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) nos valores referidos item 5.1.5, do presente Edital aos candidatos que **comprovarem, cumulativamente**:

- a. Ser estudante regularmente matriculado em curso superior, em nível de graduação ou de pós-graduação, mediante apresentação de atestado de matrícula;
- b. Perceber remuneração mensal inferior a dois salários mínimos, mediante apresentação de comprovação de renda ou estar desempregado, mediante declaração por escrito de tal condição.
- c. O resultado do pedido de redução do valor da taxa FUVEST será divulgado em **03 de junho de 2011**, através do **Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 01/2011**.
- d. De acordo com o resultado do pedido de redução do valor da taxa FUVEST, o prazo para pagamento da referida taxa será: de **06 a 08 de junho de 2011**.

5. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

Nos termos da Deliberação FD nº 52/04, da Egrégia Congregação da Faculdade de Direito da USP, o processo seletivo constará de três fases sucessivas e eliminatórias, para qualquer dos níveis do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado), a saber:

5.1 PRIMEIRA FASE: prova de proficiência em idioma estrangeiro, a ser realizada pela FUVEST:

5.1.1 Os candidatos deverão obter proficiência em um idioma estrangeiro para o nível de mestrado, e em dois idiomas estrangeiros para o nível de doutorado, com nota mínima de aprovação 7,00, a serem escolhidos entre o **francês, o inglês, o alemão e o italiano**.

5.1.2 Os candidatos estrangeiros serão avaliados, também, em proficiência do idioma português, através da redação da prova dissertativa.

5.1.3 Da dispensa de proficiência em idioma estrangeiro: os candidatos poderão ser dispensados da prova de proficiência em idioma estrangeiro nas seguintes hipóteses:

- a. **Ter sido aprovado** em processo seletivo da FDUSP realizado em 2009 (para ingresso em 2010) ou em 2010 (para ingresso em 2011). A dispensa estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
- b. Nos termos do Art.13, II, letra “a” da Deliberação nº 52/04, da Egrégia Congregação da FDUSP.
- c. Ser candidato ao doutorado **com mestrado concluído na USP, ou em outros programas de pós-graduação, reconhecidos pela**

CAPES à época da obtenção do título, podendo ser aproveitada uma proficiência nele realizada, desde que tenha sido num dos idiomas estrangeiros elencados no item 5.1.1 deste Edital. O requerimento deverá ser instruído com **cópia autenticada do histórico escolar** e estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.

- d. O resultado dos pedidos de dispensa da prova de proficiência em idioma estrangeiro será divulgado em **03 de junho de 2011**, através do **Comunicado FD/PÓS/SEL. n° 01/2011**.
- e. De acordo com o resultado do pedido de dispensa da prova de proficiência em idioma estrangeiro o prazo para entrega da ficha FUVEST, pela Secretaria da CPG, e o pagamento da referida taxa será: **06 a 08 de junho de 2011**.

5.1.4 As provas de **proficiência em idioma estrangeiro** serão realizadas nos dias **16 e 17 de julho de 2011**, de acordo com as orientações encontradas no *site* da FUVEST (www.fuvest.br).

5.1.5 Para as provas de proficiências em idiomas estrangeiros, serão cobradas as seguintes taxas:

- a) Exame de 01 idioma: R\$ 100,00 (cem reais).
- b) Exame de 02 idiomas: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
- c) Exame de 03 idiomas: R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).
- d) Exame de 04 idiomas: R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais).

5.1.6 Em 19 de agosto de 2011: resultado das provas de proficiências em idiomas estrangeiros, no site da FUVEST (www.fuvest.br).

5.1.7 Os candidatos poderão ter vista às provas de proficiências em idiomas estrangeiros na Secretaria de Pós-Graduação, nos dias **01 e 02 de setembro de 2011**.

5.2 SEGUNDA FASE: prova dissertativa a ser realizada pela FDUSP. Os candidatos aprovados e ou dispensados na fase anterior serão convocados através do **Edital FD/PÓS/SEL. n° 02/2011, a ser divulgado em 26 de agosto de 2011**.

5.2.1 A prova será de conhecimentos jurídicos na área de concentração escolhida pelo candidato. Serão considerados aprovados nesta prova os candidatos que obtiverem nota mínima 7,00, na correção feita por docente da FDUSP, designado pela CPG. A prova que for avaliada com nota inferior a 7,00 e igual ou superior a 5,00 será automaticamente submetida à reavaliação por outro docente examinador da FDUSP, também designado pela CPG, o qual declarará como aprovado ou reprovado o candidato.

5.2.2 A **prova dissertativa** será realizada no dia **09 de setembro de 2011**, das **14h00 às 17h00**, na sala, local da prova, correspondente à área de concentração escolhida pelo candidato, conforme **Edital FD/PÓS/SEL. n° 02/2011, a ser divulgado em 26 de agosto de 2011**.

- a. Os candidatos deverão ingressar nas salas, locais das provas, **pelo menos até as 15h45**, Após esse horário (15h45), **não será permitido** o ingresso dos candidatos nos locais das provas

- b. Os candidatos deverão estar munidos de documento de identidade com foto e **caneta esferográfica azul**. Não será permitido qualquer tipo de consulta.
- c. No início da prova será sorteado um ponto dos constantes na relação prevista no **item 9** deste Edital.
- d. Nas áreas de concentração em que houver subáreas, o candidato escolherá o ponto sorteado da subárea que desejar, não podendo em hipótese alguma responder a mais de uma questão.
- e. Em **07 de outubro de 2011**: Edital **FD/PÓS/SEL. nº 03/2011**: resultado da prova dissertativa.
- f. Os candidatos poderão ter vista à prova dissertativa na Secretaria de Pós-Graduação, nos dias **13 e 14 de outubro de 2011**.

5.2.3 Da dispensa da prova dissertativa: os candidatos poderão ser dispensados da prova dissertativa nas seguintes hipóteses:

- a. **Ter sido aprovado** em processo seletivo da FDUSP realizado em 2009 (para ingresso em 2010) ou em 2010 (para ingresso em 2011), desde que na **mesma área de concentração**. A dispensa estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
- b. Nos termos do Art.13, I, letra “a” e “b”, da Deliberação nº 52/04, da Egrégia Congregação da FDUSP;(disponível em http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/deliberacao_52-040001.pdf)
- c. Nos termos do Inciso anterior, sendo o candidato portador de título de **mestre** outorgado por outro programa de pós-graduação, reconhecido pela CAPES, o requerimento de inscrição deverá ser instruído com **cópia autenticada do histórico escolar e do diploma devidamente registrado** e estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.
- d. O resultado dos pedidos de dispensa da prova dissertativa será divulgado em **03 de junho de 2011**, através do **Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 01/2011**.

5.3 TERCEIRA FASE: Seleção pelo orientador a ser realizada pela FDUSP. A **primeira seleção pelo orientador** ocorrerá no período de **31 de outubro a 11 de novembro de 2011**, e, nos termos do art. 10, da Deliberação FD nº52/2004, essa fase é composta de:

- a. Análise de *curriculum* e projeto de pesquisa;
- b. e, facultativamente, entrevista;
- c. e/ou prova específica.

5.3.1 Os candidatos dispensados e ou aprovados nas duas fases anteriores, serão convocados através do Edital **FD/PÓS/SEL. nº 04/2011**, a ser divulgado em **07 de outubro de 2011**.

5.3.2 Os candidatos deverão indicar o orientador pretendido, dentro da área de concentração escolhida, e entregar na Secretaria de Pós-Graduação, **no período de 17 a 21 de outubro de 2011**, os seguintes documentos:

- a. Duas vias da ficha de seleção com o orientador, disponível no: http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/ficha_selecao_orientador_2012.pdf sendo uma via para protocolo.

- b. Projeto de pesquisa, de acordo com a linha de pesquisa do orientador pretendido, contendo: o tema a ser desenvolvido e suas limitações; justificativa da escolha e sua importância; as principais questões a serem analisadas; bibliografia; e, no caso de doutorado, a contribuição original à ciência jurídica brasileira.
Obs.: Deverá ser entregue uma via impressa e uma via em CD, gravada em PDF e identificada.
- c. Currículo Lattes impresso (www.cnpq.br). **Não será aceito currículo fora deste formato.**
- d. Os documentos deverão ser entregues perfurados e presos por colchetes, dentro de pasta com elástico, devidamente identificada.
- e. Em 18 de novembro de 2011: divulgação do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 05/2011**, contendo o resultado da primeira seleção da 3ª fase do processo seletivo.

6 DA SEGUNDA SELEÇÃO PELO ORIENTADOR

- 6.1 Havendo vagas decorrentes da primeira seleção com o orientador, os candidatos não aceitos poderão ser convocados através do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 06/2011** a ser divulgado em 25 de novembro de 2011.
- 6.2 Em 25 de novembro de 2011 Divulgação do **Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 03/2011**, contendo as especificidades da segunda seleção pelo orientador.
- 6.3 A segunda seleção que ocorrerá no período de **05 a 09 de dezembro de 2011**.
- 6.4 Em 16 de dezembro de 2011: Divulgação do **Edital FD/PÓS/SEL. nº 07/2011**: contendo o resultado da segunda seleção pelo orientador.

7 DA MATRÍCULA INICIAL

- 7.1 Os candidatos selecionados deverão realizar a matrícula nos prazos fixados pela CPG e divulgados pela Secretaria de Pós-Graduação e entregar, no ato da matrícula, os seguintes documentos:
 - a. Cópia do diploma devidamente registrado, histórico escolar completo ou certificado com a data de conclusão do curso de graduação, contendo a data em que foi efetuado a colação de grau, obtido em curso oficialmente reconhecido.
 - b. Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - c. Cópia simples do Título de Eleitor;
 - d. Cópia simples do Certificado de Reservista;
 - e. Cópia simples da Certidão de Nascimento ou Casamento.

8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 Todos os atos junto à Secretaria de Pós-Graduação deverão ser praticados no horário das 10h00 às 17h00.
- 8.2 Não haverá revisão das provas.
- 8.3 Não poderão ser preenchidas vagas que não tenham sido previamente aprovadas pela Comissão de Pós-Graduação.
- 8.4 Os candidatos não poderão mudar, no decorrer do processo seletivo, de área de concentração, de nível ou de orientador, ressalvada quanto a este último, a possibilidade de processo seletivo conjunto entre docentes,

conforme o previsto no Art. 11 e parágrafo único da Deliberação FD nº 52/2004, ou nos termos da Deliberação FD/CPG/SEL. nº 01/2010.

- 8.5 Os candidatos selecionados que já ingressaram em algum Programa de Pós-Graduação em qualquer Unidade da USP e dele foram desligados, deverão atender, também, o previsto no Art. 55 do Regimento de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.
- 8.6 A matrícula será isenta do pagamento de taxas.
- 8.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente da CPG.

9 DOS PONTOS DA PROVA DISSERTATIVA:

9.1 Área de concentração: **DIREITO CIVIL - (2131)**

9.1.1 Subárea: **Direito Civil**

1. A teoria da confiança no regime dos negócios jurídicos, na sua interpretação e na disciplina dos defeitos.
2. O regime jurídico da prescrição e da decadência.
3. A perspectiva dinâmica da obrigação.
4. O inadimplemento como uma realidade multifacetária. Novas formas de inadimplemento.
5. A intervenção estatal no domínio dos contratos.
6. Da culpa ao risco. Multiplicidade dos critérios de atribuição da obrigação de indenizar. Tendências e perspectivas contemporâneas da matéria.
7. Responsabilidade extracontratual e responsabilidade contratual: ainda uma dicotomia?
8. A propriedade como relação jurídica complexa. Estatutos proprietários?
9. As formas de dissolução do casamento e suas conseqüências. A superveniência da Emenda Constitucional n. 66/10.
10. Uma visão crítica da situação sucessória do cônjuge e do companheiro

9.1.2 Subárea: **Direito Romano**

1. A jurisprudência e as respostas dos juriconsultos.
2. "Status libertatis".
3. Usucapião.
4. Usufruto e direito análogos.
5. Fidúcia, penhor e hipoteca.
6. Inadimplemento e responsabilidade.
7. Características gerais do sistema contratual romano.
8. Contratos reais.
9. Delitos do direito civil; delitos do direito pretoriano.
10. A família romana.

9.1.3 Subárea: **História do Direito**

1. A atuação do pretor na evolução do direito romano
2. Direito visigótico: características principais e legado para as legislações subsequentes.
3. Direito canônico: história de sua formação e sua importância para o direito europeu moderno
4. Glosadores e pós-glosadores na conformação do direito europeu moderno
5. As principais codificações civis na Europa oitocentista
6. As Ordenações do Reino de Portugal no contexto brasileiro (colônia e império)

7. A Justiça no Brasil colonial
8. Os cursos jurídicos no Brasil oitocentista: características estruturais e importância para o Estado brasileiro
9. Teixeira de Freitas, codificador
10. Os direitos reais no direito brasileiro oitocentista

Bibliografia:

- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 14ª edição revista, corrigida e aumentada. Rio: Forense, 2007
- AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à História do Direito**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007
- AZEVEDO, Luiz Carlos de; TUCCI, José Rogério Cruz e. **Lições de História do Processo Civil Romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996
- _____. **Lições de processo civil canônico: história e direito vigente**. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2001
- BITTAR, Eduardo C.C. (Org). **História do Direito Brasileiro - Leituras da Ordem Jurídica Nacional**. São Paulo: Atlas, 2008
- CARMIGNANI, Maria Cristina da Silva. **A origem romana da tutela antecipada**. São Paulo : LTr, 2001
- COSTA, Mario Julio de Almeida. **Historia do Direito Português**. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2008
- FERREIRA, Waldemar Martins. **As sesmarias e as terras devolutas. Apelação civil n. 18155**. São Paulo: São Paulo Editora, 1931.
- _____. **História do Direito Brasileiro**. 4v. São Paulo: Max Limonad, 1955
- _____. **As capitânicas coloniais de juro e herdade**. São Paulo: Saraiva, 1962
- FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das Leis Civis**. 2 v. [Edição Fac-Similar da 3ª edição de 1876]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008
- _____; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. **Curso de História do Direito**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.
- MADEIRA, Hélcio Maciel França. **História da advocacia: origens da profissão de advogado no Direito Romano**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002
- MARTINS JUNIOR, Isidoro. **Historia do Direito Nacional**. Brasília, DF - Ministério da Justiça, Departamento de Impr. Nacional, 1979.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Fontes e evolução do direito civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1928
- PORTUGAL (Reino de). **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. Recopiladas por Mandado d'El Rey D. Phillipe I. 4 v. [Ed. Fac-Similar da 14ª ed. De 1870, com introdução e comentários de Cândido Mendes de Almeida]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- POUSADA, Estevan Lo Re. **Preservação da tradição jurídica luso-brasileira: Teixeira de Freitas e a introdução à Consolidação das Leis Civis**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP. São Paulo. 2006. (disponível no site www.teses.usp.br)
- POVEDA VELASCO, Ignácio Maria. **A proteção do comprador no direito romano**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002
- _____. **A execução do devedor no direito intermediário (beneficium competentiae)**. São Paulo: Livraria Paulista, 2002.

_____. “Direito, jurisprudência e justiça no pensamento clássico (grego-romano)”. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. v.101. p.21-32. jan./dez. 2006

_____. “Ordenações do Reino de Portugal”. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. v.89. p.11-67. jan./dez. 1994.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. "Breves notas às cartas de José de Anchieta". Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. v.99. p.557-569. jan./dez. 2005

WIEACKER, Franz. **Historia do Direito Privado Moderno**. 3ª edição. Trad. de Antonio M. B. Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 5a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

9.2 Área de concentração **DIREITO COMERCIAL – (2132)**

1. Distinção entre sociedades limitadas e sociedades anônimas quanto à responsabilidade dos sócios.
2. Distinção entre sociedades abertas e sociedades fechadas.
3. Distinção entre o arrendamento mercantil (leasing) e a locação.
4. O seguro como contrato de máxima boa-fé.
5. Distinção entre aval e fiança.
6. Sucessão na falência e na recuperação.
7. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras.
8. Contratos de distribuição no Código Civil e na legislação extra-Código.
9. Tecnologia patenteada e não patenteada: distinção.
10. Fraude contra credores no direito das sociedades.

9.3 Área de concentração **DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO – (2133)**

9.3.1 Subárea: **Direito Econômico e Economia Política**

1. A Economia Política do Desenvolvimento.
2. Epistemologia, Conceitos e Teorias do Direito Econômico como Ramo e como Método.
3. Constituição Dirigente, Constituição Econômica e Ordem Econômica. Constituição Econômica e Democracia de Massas. A Incorporação do Conflito no Texto Constitucional.
4. Aspectos Internos da Soberania Econômica. A Internalização dos Centros de Decisão Econômica e a Proteção Constitucional ao Mercado Interno.
5. Atividade Econômica em Sentido Estrito e Serviço Público. O Debate sobre a Concepção de Serviço Público.
6. Ordem Econômica Internacional.
7. A Redução das Desigualdades Regionais e Sociais. Desenvolvimento e Planejamento Regional. Desenvolvimento Regional e Federalismo Cooperativo.
8. Política Industrial e Política de Inovação Tecnológica. Desenvolvimento Tecnológico, Competitividade Internacional e Superação do Subdesenvolvimento.
9. Direito Econômico, Políticas Públicas e Desenvolvimento. O Debate entre as Perspectivas Setoriais e a Visão de Totalidade.
10. Direito Econômico e Empresa. A Empresa como Agente Econômico.

9.3.2 Subárea: **Direito Financeiro**

1. Funções e limites das normas gerais de direito financeiro e as leis complementares em matéria financeira.
2. Receitas não-tributárias: patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços. Receitas oriundas de minerais e energia.
3. Renúncia de receitas e responsabilidade fiscal.
4. Federalismo fiscal: as transferências intergovernamentais e os fundos constitucionais.
5. Despesas públicas. Classificações orçamentárias. As despesas públicas no orçamento e na Lei de Responsabilidade Fiscal.
6. Orçamento público: conceito e natureza jurídica. As leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental. Orçamento-programa, orçamento de desempenho, orçamento base zero, PPBS, orçamento anticíclico.
7. A elaboração da lei orçamentária: fases, agentes e participação dos Poderes. O orçamento participativo.
8. Orçamento público: a execução orçamentária.
9. Fiscalização financeira e orçamentária: legalidade, legitimidade e economicidade. A atuação dos Tribunais de Contas: funções e limites à sua atuação. Pessoas e atos sujeitos à fiscalização financeira e orçamentária.
10. Dívida pública e operações de crédito: conceitos e espécies. O endividamento público e seus limites. Endividamento e autonomia financeira dos entes federados: garantias, contragarantias e vinculações de receitas.

Bibliografia:

• **Livros**

ATALIBA, Geraldo. **Empréstimos públicos e seu regime jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

BALEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CONTI, José Mauricio. **Direito Financeiro na Constituição de 1988**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

_____. **Federalismo Fiscal e Fundos de Participação**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

_____. **A autonomia financeira do Poder Judiciário no Brasil**. São Paulo: MP Editora, 2006.

CONTI, José Mauricio (org.). **Federalismo fiscal**. Barueri (SP): Manole, 2004.

CONTI, José Mauricio (coord.). **Orçamentos públicos**. A Lei 4320/1964 comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

COSCIANI, Cesare. **Scienza delle Finanze**. Torino: UTET, 1991.

CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando F.; BRAGA, Carlos A. Faraco (cords.). **Federalismo fiscal: questões contemporâneas**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

GARCÍA, José Pascual. **Régimen jurídico del gasto público**. Presupuestación, ejecución y control. 4ª Ed. Madrid: Ministerio de La Presidencia – Boletín Oficial Del Estado, 2005.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIULIANI FONROUGE, Carlos M. **Derecho Financiero**. Buenos Aires: Depalma, 1993.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas.

JARACH, Dino. **Finanzas Públicas y Derecho Tributario**. Buenos Aires: Cantagallo, 1993.

MARTINS, Ives G. S. e NASCIMENTO, Carlos V (organizadores). **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Marcos (org.). **Gasto público eficiente**. 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MARTINS, Ives G. S. (organizador). **Taxa e Preço Público**. Caderno de Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Resenha Tributária - CEEU, 1991.

MEIRELLES, Hely L. **Finanças Municipais**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MILESKI, Helio S. **O controle da gestão pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. **Finanças Públicas**. Teoria e prática. São Paulo: Editora Campus/EDUSP, 1980.

OLIVEIRA, Regis F. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **Receitas públicas não tributárias**. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Orçamento-programa no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

SCAFF, Fernando F.; CONTI, José Mauricio (coords.). **Lei de Responsabilidade Fiscal. 10 anos de vigência – questões atuais**. Florianópolis (SC): Conceito Editorial - IBDF, 2010.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. Vol. V – O Orçamento na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Renovar, 2003.

VILLEGAS, Hector. **Curso de finanzas, derecho financiero y tributario**. Buenos Aires: Astrea, 2005.

Internet

Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: www.bndes.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: www.planejamento.gov.br

Portal da Transparência: www.portaltransparencia.gov.br

Secretaria do Tesouro Nacional: www.stn.fazenda.gov.br

Senado Federal: www.senado.gov.br

Supremo Tribunal Federal: www.stf.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: www.tce.sp.gov.br

Tribunal de Contas do Município de São Paulo: www.tcm.sp.gov.br

Tribunal de Contas da União: www.tcu.gov.br

Legislação

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

DECRETO-LEI 200, de 25.2.1967

LEI 4.320, de 17.3.1964

LEI 8.443, de 16.7.1992

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR 101, de 4.5.2000)

9.3.3 Subárea: **Direito Tributário**

1. Conceito de tributo e suas espécies. Tributo e Preço Público.

2. Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento tributário
3. Funções da lei complementar em matéria tributária
4. Sujeição passiva tributária. Contribuinte e responsável. Responsabilidade tributária dos sócios e dos administradores
5. Regra-matriz de incidência tributária e as funções da base de cálculo
6. Imunidades tributárias: definição, espécies e requisitos constitucionais
7. Categorias tributárias: competência, não competência, incidência, não incidência, isenção, imunidade.
8. Competência tributária. Discriminação constitucional de competências tributárias.
9. Princípios tributários e as limitações constitucionais ao poder de tributar.
10. Tributação e Intervenção Econômica: Normas Tributárias Indutoras

9.3.4 Subárea: **Direito Ambiental**

1. O problema ambiental e sua abordagem econômica.
2. A problemática do desenvolvimento sustentável.
3. Políticas públicas e direito ambiental.
4. O meio ambiente na Constituição Federal.
5. A Política Nacional do Meio Ambiente.
6. Direito Ambiental: características e princípios.
7. O zoneamento ambiental.
8. Atuações preventivas e repressivas da Administração Pública em matéria ambiental.
9. Responsabilidade pós-consumo.
10. O problema ambiental e sua abordagem ética

9.4 Área de concentração **DIREITO DO ESTADO – (2134)**

9.4.1 Subárea: **Teoria Geral do Estado**

1. Soberania.
2. Conceito de Estado.
3. Representação política.
4. Estado e direito.
5. Democracia e formas de governo.
6. Democracia direta e semidireta.
7. Teoria da Divisão de Poder.
8. O parlamentarismo.
9. O presidencialismo.
10. Estado federal.

9.4.2 Subárea: **Direito Constitucional**

1. Conceito de Constituição.
2. O poder constituinte.
3. Controle de constitucionalidade.
4. Formas, sistemas e regimes políticos.
5. Partidos políticos.
6. Os princípios do Estado de Direito.
7. A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução.
8. Bases e valores da ordem econômica.
9. A atuação do Estado na ordem econômica.
10. Bases e valores da ordem social.

9.4.3 Subárea: **Direito Administrativo**

1. Princípios constitucionais da Administração Pública.
2. Atos administrativos: anulação, revogação e convalidação.
3. Poder de polícia.
4. Bens públicos: classificação e regime jurídico.
5. Mutabilidade dos contratos administrativos.
6. Atos administrativos: limites do controle judicial.
7. Atos administrativos discricionários e vinculados.
8. Contratos administrativos: parcerias público-privadas.
9. Contratos administrativos: concessão de serviços públicos.
10. Responsabilidade extracontratual do Estado.

9.5 Área de concentração **DIREITO INTERNACIONAL – (2135)**

9.5.1 Subárea: **Direito Internacional Público**

1. O Estado no direito internacional: elementos constitutivos; surgimento e reconhecimento de estado e de governo; sucessão de estado, no direito internacional
2. Fontes do direito internacional Público: costume; tratados; princípios gerais; atos unilaterais de estado e resoluções das organizações internacionais
3. Relações e conflitos entre direito interno e direito internacional; *jus cogens* no direito internacional
4. Solução pacífica de controvérsias entre estados: meios diplomáticos e jurídicos ; seus respectivos modos de atuação
5. Solução coercitiva de controvérsias entre estados e regulação do uso da força no direito internacional atual.
6. Organizações internacionais: responsabilidade internacional, privilégios e imunidades.
7. ONU e sua regulamentação atual: órgãos, competência, atuação e relacionamento com agências especializadas; revisão da Carta da ONU
8. Fenômeno da cooperação e integração econômica regional: tipologia e principais áreas: União Européia e MERCOSUL.
9. A proteção internacional dos direitos do homem: sistemas regionais e sistema universal.
10. Proteção internacional do meio ambiente: fundamentos legais e impacto da globalização.

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do NASCIMENTO E SILVA, **Manual de direito internacional** (com atualização de P. B. CASELLA e colaboradores, São Paulo: Saraiva, 15^a ed., 2002)

ACCIOLY, Hildebrando, **Tratado de direito internacional público** (Rio : s/ ed., vol I, 2^a ed., 1956; vol II, 2^a ed., 1956; vol. III, 2^a ed., 1957)

Amaral Junior, Alberto. Comercio Internacional e a Proteção do Meio Ambiente. Ed. Atlas. 2011.

Amaral Junior, Alberto. Curso de Direito Internacional Público. Ed. Atlas. 2011.

BEDJAOUI, Mohammed (redator geral), **Droit international: bilan et perspectives** (Paris: UNESCO / Pédone, impr. 1991, 2 vols. ; também publicado em inglês)

BOBBIO, Norberto, **A Era dos Direitos**, Apresentação de Celso Lafer, Rio de Janeiro, Campus, 2004.

- CASELLA, P. B., **Direito internacional, terrorismo e aviação civil** (São Paulo : Quartier Latin, 2006)
- CASELLA, P. B., *Constituição e direito internacional (in Direito da integração*, org. P. B. CASELLA e V. L. V. LIQUIDATO, São Paulo : Quartier Latin, 2006, pp. 31-55)
- CASELLA, P. B. e Rodrigo E. SANCHEZ (orgs.), **Quem tem medo da ALCA ? desafios e perspectivas para o Brasil** (pref. João Grandino RODAS, Belo Horizonte : Del Rey, 2005)
- PIOVESA, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**, São Paulo, Saraiva, 2006.
- SCHACHTER, Oscar, **International law in theory and practice : general course in public international law** (RCADI, 1982-V, t. 178, pp. 9-395)
- SOARES, Guido Fernando Silva, **Curso de direito internacional público** (São Paulo : Atlas, 2002)
- SOARES, Guido Fernando Silva, **Direito internacional do meio ambiente** (São Paulo : Atlas, 2001)
- SOARES, Guido Fernando Silva, **Orgãos dos Estados nas Relações Internacionais, Formas de Diplomacia e Imunidades**, Rio de Janeiro, Forense, 2001.
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado, **Direito das organizações internacionais** (Belo Horizonte : Del Rey, 3^a. ed., rev. e atualizada, 2003)

9.5.2 Subárea: **Direito Internacional Privado**

1. Noção, objeto e função do Direito Internacional Privado.
2. Fundamento e natureza jurídica do Direito Internacional Privado. O Direito Internacional Privado e as disciplinas afins.
3. Fontes do Direito Internacional Privado.
4. O Problema da qualificação. Conflito de qualificação.
5. As regras de solução dos conflitos no Direito Internacional Privado: estrutura e função
6. A aplicação do direito estrangeiro. Elemento de conexão (conceito, função e classificação).
7. Exceções à aplicação do direito estrangeiro.
8. Reconhecimento e execução de sentença e laudo arbitral estrangeiros.
9. Lei aplicável às obrigações.
10. Lei aplicável aos bens móveis, imóveis e imateriais.

Bibliografia Básica

- BALLARINO, Tito. *Diritto internazionale privato*. 3^a ed. Padova: Cedam, 1999.
- BASEDOW, Jürgen e KONO, Toshiyuki (ed.) *An Economic Analysis of Private International Law*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.
- BASSO, Maristela. “Curso de direito internacional privado”. 2^a.ed. São Paulo. Atlas. 2011
- BASSO, Maristela. “Da aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional - O direito internacional privado à luz da jurisprudência”. São Paulo: Saraiva. 1988. (esgotado – consulta apenas na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco)
- BOGGIANO, Antonio. *Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot. 2000. (vol.1/Teoria General y Derecho Procesal Internacional; v.2/Derecho mercantil internacional)
- CASTRO, Amílcar de, *Direito Internacional Privado*, 5^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001 (6^a ed. 2005).

COLLINS, Lawrence. *Essays in International Litigation and the Conflict of Laws*. New York: Oxford Univ.Press. 1994

DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*. 11ª edição, São Paulo: Saraiva, 2005.

DOLINGER, Jacob, *Direito Internacional Privado – parte geral*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GARCIA VELASCO, Ignacio. *Derecho Internacional Privado*. Salamanca: Livraria Cervantes, 1994.

KROPHOLLER, Jan. *Internationales Privatrecht*. 6ed. Tübingen: Mohr Siebeck. 2006.

SAVIGNY, Friedrich Carl von, *Sistema do Direito Romano Atual- Vol.VIII*. Ijuí: Editora Unijuí. 2004.

SIEHR, Kurt. *Internationales Privatrecht: Deutsches und Europäisches Kollisionsrecht für Studium und Praxis*. Heidelberg: C.F.Müller. 2001.

9.5.3 Subárea: **Direito do Comércio Internacional**

1. Contratos internacionais do comércio: conceito, cláusulas principais e tipos
2. Autonomia da Vontade nos contratos internacionais do comércio
3. Ordem pública interna e ordem pública internacional
4. UNIDROIT e UNCITRAL na harmonização do Direito do comércio internacional.
5. Natureza jurídica e funções do pré-contrato nas negociações privadas internacionais.
6. Franquia internacional.
7. Fontes da nova *lex mercatoria*.
8. Arbitragens nacional, estrangeira e internacional: semelhanças e diferenças
9. Cláusulas de nação mais favorecida e tratamento nacional na OMC.
10. Liberalização do comércio de serviços no GATS/OMC

Bibliografia básica:

AMARAL JR, Alberto. **A solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos internacionais**. São Paulo. Saraiva. 2011

BASSO, Maristela. **Contratos internacionais do comércio: negociação, conclusão e prática**. 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CARREAU, Dominique e JULLIARD, Patrick. **Droit International Economique**. 2ª edição. Paris: Dalloz, 2005.

CELLI JR, Umberto. **Comércio de serviços na OMC**. Curitiba: Juruá, 2009.

COLLIER, John e LOWE, Vaughan. **The settlement of disputes in international law: institutions and procedures**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

COSTA, José A. F. **Direito internacional do investimento estrangeiro**. Curitiba: Juruá, 2010.

DAVID, René. **L'arbitrage dans le commerce international**. Paris: Economica, 1982.

DRAETTA, Ugo. **Il diritto dei contratti internazionale: la patologia dei contratti**. Pádua: CEDAM, 1988.

LOWENFELD, Andréas F. **International economic law**, 2ª edição. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MAGALHÃES, José C. **Direito econômico internacional**. Curitiba: Juruá, 2005.

RODAS, João Grandino (coord.). **Contratos internacionais**, 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comércio**. 4ª edição. São Paulo: LTr, 2004.

9.6 Área de concentração **DIREITO PENAL, MEDICINA FORENSE E CRIMINOLOGIA**

1. Princípio da legalidade: histórico, conceito e importância no Direito Penal.
2. Erro em Direito Penal: erro de tipo e erro de proibição. Impactos do erro na teoria do delito.
3. Crimes omissivos impróprios: a estruturação dogmática da relevância da omissão.
4. Concurso de delitos: concurso material, formal e crime continuado.
5. Finalidades da pena no Direito Penal Brasileiro: os fins da pena no Código Penal e na Lei de Execução Penal
6. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: a discussão doutrinária a respeito de sua aceitação no direito brasileiro.
7. Criminalidade econômica: conceito e legitimidade da intervenção penal.
8. A proteção penal no direito à vida: homicídio privilegiado e eutanásia.
9. Princípio da insignificância penal: aplicabilidade nos crimes contra o patrimônio.
10. Crimes contra a ordem tributária: noções gerais, a legislação e os impactos do pagamento ou parcelamento em face da punibilidade.

9.7 Área de concentração **DIREITO PROCESSUAL – (2137)**

9.7.1 Subárea: **Direito Processual Civil**

1. Jurisdição contemporânea: papel dos tribunais superiores e dos recursos de sobreposição.
2. Mecanismos de tutela jurisdicional coletiva: ações de classe e julgamentos de casos repetitivos.
3. Intervenção de terceiros no processo civil: novas perspectivas.
4. Estabilização da demanda, contraditório e direito superveniente.
5. Juízo de admissibilidade do processo: delimitação e função no processo civil contemporâneo.
6. Limites à arbitralidade das controvérsias em seu aspecto objetivo.
7. Os poderes do juiz, a garantia da ampla defesa e o combate à litigância de má-fé.
8. As regras de divisão do ônus da prova e a proposta do novo código de processo civil. Aspectos favoráveis e contrários ao modelo projetado.
9. A súmula impeditiva de recursos e o modelo recursal brasileiro.
10. Controle de constitucionalidade e ação civil pública: limites gerais e reserva de plenário.

Bibliografia:

ANDREWS, Neil. O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos da Inglaterra. São Paulo: RT, 2010.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e Processo: influência do direito material sobre o processo. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. Efetividade do processo e técnica processual. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. Proporcionalidade e Processo. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Capítulos de sentença e efeitos dos recursos. São Paulo: RCS Editora, 2006.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curiae* no Processo Civil Brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2006.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: comentários à Lei nº 9.307/96. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Intervenção de terceiros. 17ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COSTA, Susana Henriques da. O processo coletivo na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. Condições da ação. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. A causa petendi no processo civil. São Paulo: RT, 1993.

_____. Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil. São Paulo: RT, 2006.

CRUZ E TUCCI, José Rogério e AZEVEDO, Luiz Carlos de. Lições de história do processo civil romano. São Paulo: RT, 1996.

_____. Lições de história do processo civil lusitano. São Paulo: RT e Coimbra Editora, 2009.

CRUZ E TUCCI, José Rogério e BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Causa de pedir e pedido no processo civil (questões polêmicas). São Paulo: RT, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 14ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Capítulos de sentença. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. Fundamentos do processo civil moderno. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. I, II, III e IV. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Nova era do processo civil. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

FISS, Owen. Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade. São Paulo: RT, 2004.

FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Processo e Constituição. Estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O Processo, Estudos e pareceres. São Paulo: DPJ, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini et alii, Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GRINOVER, Ada Pellegrini, MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro e WATANABE, Kazuo. Direito Processual Coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. São Paulo: RT, 2007.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. A responsabilidade Civil do Juiz. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto; MARTINS, Pedro Batista (Coord.). Arbitragem: estudos em homenagem ao Professor Guido Fernando da Silva Soares. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT, 2002.

_____. Causa de pedir e pedido: o direito superveniente. São Paulo: Método, 2007.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Uma introdução histórica e social política do Processo. In WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito, Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 247/278.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Eficácia das decisões e execução provisória. São Paulo: RT, 2000.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos (org.). Tutela coletiva: 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. Tutela antecipada. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito. São Paulo: RT, 2009.

_____. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores. 11ª ed. São Paulo : RT, 2007.

_____. Jurisdição coletiva e coisa julgada: teoria geral das ações coletivas. São Paulo: RT, 2006.

_____. Recurso extraordinário e recurso especial. 11ª. Ed. São Paulo, RT, 2010.

MESQUITA, José Ignácio de. Teses, estudos e pareceres de processo civil. Vols. 1, 2 e 3. São Paulo: RT, 2005, 2005 e 2007.

PUOLI, José Carlos Baptista. Os Poderes do Juiz e as Reformas do Processo Civil. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

_____. Responsabilidade Civil do Promotor de Justiça na Tutela aos Interesses Coletivos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

RODRIGUES, Walter Piva. Coisa julgada tributária. São Paulo: Quartier: Latin, 2007.

SALLES, Carlos Alberto de. As grandes transformações do Processo Civil Brasileiro: estudos em homenagem ao Professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009

_____. Execução judicial em matéria ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social. São Paulo: RT, 2003.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Preclusão Processual Civil. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. O direito de defesa no processo civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2011.

WATANABE, Kazuo. Da cognição no processo civil. 3ª ed. São Paulo: DPJ, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. Ação rescisória: juízos rescindentes e rescisórios. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. Antecipação da prova sem o requisito de urgência e direito autônomo à prova. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Tutela jurisdicional. São Paulo: Atlas, 1999.

YARSHELL, Flávio Luiz e MORAES, Maurício Zanoide. Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: DPJ, 2005.

9.7.2 Subárea: **Direito Processual Penal**

1. Investigação preliminar criminal e direitos fundamentais
2. Competência por prerrogativa de função
3. Prova penal: terminologia, busca da verdade e seus limites
4. Interceptação telefônica.
5. Presunção de inocência e medidas cautelares processuais penais
6. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada penal

7. Correlação entre acusação e sentença penal
8. Prisão provisória e proporcionalidade
9. Justa causa e exercício do direito de ação penal
10. Princípios gerais dos recursos penais

Bibliografia

- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *O ônus da prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- _____. *Correlação entre acusação e sentença*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- _____. *Direito Processual Penal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- _____. *Direito Processual Penal*. Tomo II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CRUZ, Rogério Schietti. *Garantias processuais nos recursos criminais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- FERNANDES, Antônio Scarance. *Reação defensiva à imputação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- _____. *Processo penal constitucional*. 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- _____. *Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. 7ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Presunção de inocência e prisão cautelar*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- _____. O princípio da presunção de inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). *Revista do Advogado*, São Paulo. n. 42, abr. 1984.
- _____. *Direito à prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- _____. Provas. Lei 11.690 de 09.06.2008, In. ASSIS MOURA, Maria Thereza Rocha de (coord.) *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pp. 246-297.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *As condições da ação penal*. São Paulo: José Bushatsky, 1977.
- _____. *Liberdades públicas e processo penal: as interceptações telefônicas*. 2. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- _____. As provas ilícitas na Constituição. In. *O processo em evolução*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- _____. *As condições da ação penal*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 69, nov./dez. 2007, pp. 179-199.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*. 11 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- _____. *Recursos no processo penal*. 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- KARAN, Maria Lúcia. *Competência no processo penal*. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.
- LOPES Jr., Aury. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. Vol. I. 5ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- _____. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. Vol. II. 5ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- _____. *Sistemas de investigação preliminar no processo penal*. 4ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- MARQUES, José Frederico. *Da competência em matéria penal*. São Paulo: Saraiva, 1953

- MORAES, Maurício Zanóide. *Interesse e legitimação para recorrer no processo penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- _____. *Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. *Justa causa na ação penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. *Inquérito policial. Novas tendências*. Belém: Cejup. 1987.
- QUEIJO, Maria Elizabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo (o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal)*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- TUCCI, Rogério Lauria. *Teoria do direito processual penal*. Jurisdição. Ação e processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- _____. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- _____. *Ministério Público e investigação criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

9.8 Área de concentração **DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURIDADE SOCIAL – (2138)**

9.8.1 Subárea: **Direito da Seguridade Social**

- 1 Fontes de custeio da Seguridade Social.
- 2 Previdência Privada.
- 3 Direitos adquiridos em matéria previdenciária.
- 4 Cumulação de benefícios e prescrição.
- 5 Natureza jurídica das contribuições sociais.
- 6 Sistema assistencial no Brasil: renda mínima.
- 7 Sistema de saúde brasileiro.
- 8 Tempo de serviço e contagem recíproca.
- 9 Os direitos sociais como direitos fundamentais.
- 10 Beneficiários.

9.8.2 Subárea: **Direito Individual do Trabalho**

- 1 Contrato individual de trabalho e figuras afins. Novas tipologias contratuais.
- 2 Morfologia da remuneração. Salário, gorjeta, piso salarial, salário profissional.
- 3 Responsabilidade objetiva e subjetiva do empregador nas relações de trabalho: terceirização, "dono da obra", grupo econômico, acidente do trabalho.
- 4 Poder de comando do empregador.
- 5 Sujeitos do contrato de trabalho: generalidades. Trabalho autônomo dependente e as novas modalidades de proteção.
- 6 Formação do contrato de trabalho.
- 7 Custo da mão-de-obra e os desafios da superação do tradicional binômio trabalho autônomo x trabalho subordinado.

- 8 Cessação do contrato de trabalho. Impactos no ordenamento jurídico brasileiro em caso de eventual (re)ratificação da Convenção 158, da OIT.
- 9 Grupos de empresas.
- 10 O Estado como empregador.

9.8.3 Subárea: **Direito Coletivo do Trabalho**

- 1 Princípios do direito coletivo do trabalho.
- 2 Incorporação das cláusulas normativas no contrato de trabalho.
- 3 Organização sindical. Sistema confederativo. Centrais Sindicais.
- 4 Garantias da liberdade sindical. Proteção contra atos anti-sindicais.
- 5 Representação e participação dos trabalhadores na empresa.
- 6 Conflitos coletivos do trabalho: terminologia, conceito, classificação, formas de solução. Sociologia dos conflitos.
- 7 Negociação coletiva de trabalho: funções, níveis, procedimentos.
- 8 Direito de greve. Titularidade, características. Efeitos no contrato de trabalho.
- 9 Poder normativo da Justiça do Trabalho: alterações instituídas pela EC 45/2004.
- 10 Unicidade sindical. Unidade sindical. Pluralidade sindical.

9.8.4 Subárea: **Direito Processual do Trabalho**

- 1 Autonomia do direito processual do trabalho.
- 2 Princípios do direito processual do trabalho.
- 3 Competência da Justiça do Trabalho. Alterações introduzidas pela EC 45/04.
- 4 Formas de solução dos conflitos trabalhistas.
- 5 Petição inicial trabalhista. Requisitos.
- 6 Resposta do réu. Contestação. Exceções. Reconvencção.
- 7 Das provas: Meios de prova. Ônus da prova.
- 8 Peculiaridades do procedimento sumaríssimo.
- 9 Tutela antecipada e medidas cautelares no processo do trabalho.
- 10 Reformas do CPC e aplicação ao processo do trabalho.

9.8.5 Subárea: **Teoria Geral do Direito do Trabalho**

- 1 Princípios do Direito do Trabalho. Principais propostas de revisitação.
- 2 Multidisciplinariedade do trabalho: economia, sociologia, administração de empresas, filosofia, psicologia, medicina.
- 3 Evolução do direito do trabalho no Brasil.
- 4 Teoria do ordenamento jurídico e seus reflexos no direito do trabalho.
- 5 Hierarquia das normas jurídicas trabalhistas.
- 6 Aplicação do direito comum e do direito do trabalho. Semelhanças e diferenças.
- 7 O método jurídico e o problema da interpretação. Reflexos sobre o direito do trabalho.
- 8 Direito constitucional e direito do trabalho.
- 9 Direito internacional e direito do trabalho.
- 10 Natureza jurídica do direito do trabalho.

9.9 Área de concentração **FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO**

1. A ciência dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.
2. Norma e ordenamento: o ordenamento como sistema dinâmico no Estado Moderno.
3. A Ciência do Direito como teoria de Interpretação. Função racionalizadora da hermenêutica. Função Social da hermenêutica.
4. A teoria pura do Direito de Hans Kelsen: seus objetivos.
5. A teoria tridimensional específica e dinâmica do Direito de Miguel Reale.
6. O poder e a nomogênese Jurídica.
7. Racionalidade e Burocratização: direito na sociedade capitalista.
8. Eficácia do Direito e legitimidade da ordem jurídica.
9. O Direito como técnica e como ética.
10. O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão da sua vigência universal.

9.10 Área de concentração **DIREITOS HUMANOS – (2140)**

1. O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal.
2. Os direitos humanos como princípios e como regra: no plano nacional e internacional: hierarquia e força vinculante.
3. As Declarações de Direitos Fundamentais e suas características.
4. O significado do direito à liberdade na Constituição Federal.
5. O significado do direito à igualdade na Constituição Federal.
6. A efetividade da proteção dos direitos humanos: problemas e possíveis soluções.
7. Os Direitos Econômicos e Sociais.
8. Os Direitos civis e políticos.
9. Os Direitos Humanos e a proteção ao meio ambiente na ordem nacional e internacional.
10. Os Direitos Humanos e multiculturalismo.

Bibliografia:

- BOBBIO, Norberto – A Era dos Direitos. 8ª. Ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- CDHOA - Coordenação da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados. Direitos fundamentais, multiculturalismo e religiões. Lisboa: Principia Editora, 2007. 24
- CARVALHO RAMOS, André de. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional, Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, São Paulo, LTr., 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza – Por uma concepção multicultural de direitos humanos, in Santos, Boaventura de Souza (org.), Reconhecer para libertar os caminhos do cosmopolitismo multicultural, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.
- SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides, Cidadania e direitos humanos, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), n. 104, “Direitos Humanos, Cidadania e Educação”, 1998.
- TAYLOR – Charles. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- AMARAL JR, Alberto. Comercial Internacional e Meio Ambiente, São Paulo, Atlas, 2011, capítulos:
6 – Direito ao Meio Ambiente

6.1 – As gerações de direitos fundamentais

6.2 – O nascimento de um novo direito

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 06 de abril de 2011.

De acordo. Publique-se.

Professora Associada **MONICA HERMAN CAGGIANO**
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da FDUSP